



Netanyahu discursa no Congresso americano

(Corey Walker, *Algemeiner*, 24.07; Dan Diker, *Jerusalem Post*, 25.07)

Em 24.07 O Primeiro-Ministro Netanyahu pronunciou um discurso no Congresso dos Estados Unidos. As suas principais mensagens foram:

- Uma apresentação geral do que deveria ser o futuro de Gaza após a derrota militar do Hamas. Seria necessário que Gaza tivesse uma administração civil, desmilitarizada, composta por palestinos locais com o apoio de parceiros regionais. Manifestou Netanyahu a esperança de que Gaza perca o seu radicalismo com o tempo e que “uma nova geração de palestinos não seja mais educada a odiar os judeus, mas a viver em paz conosco”. Sobre questão securitária, esclareceu que Israel não pretende estabelecer-se em Gaza, mas “pelo futuro previsível precisamos manter um primordial controle da segurança para assegurar...que nunca mais seja uma ameaça a Israel”;

- Netanyahu propôs uma aliança de segurança na região, com o apoio dos Estados Unidos, para que Israel e seus vizinhos possam mitigar as ameaças vindas do Irã. Aludindo à Europa do pós-guerra, sugeriu que se chamasse de “Aliança de Abraão”, uma analogia com os “Acordos de Abraão” assinados com a ajuda do Presidente Trump.

- Sobre a questão humanitária em Gaza, declarou que Israel habilitou mais de 40 mil caminhões de ajuda a entrar em Gaza, abastecendo o território com meio milhão de toneladas de comida, ou seja, mais de três mil calorias diárias para cada homem, mulher e criança, volumes antecedendo os roubos cometidos pelo Hamas.

- Com respeito aos julgamentos do Tribunal Penal Internacional e pela Corte Internacional de Justiça, Netanyahu assinalou que “a capacidade de todas as democracias em combater o terrorismo está comprometida” pelas limitações que instituições internacionais procuram impor a Israel.

(Nota da Redação: Essa foi a quarta vez em que Netanyahu discursou no Congresso americano. Todos os membros do Partido Republicano assistiram e, dentre os 244 Democratas (193 na Casa dos Representantes e 51 no senado), 77 se ausentaram, mais do que os 51 que o fizeram em 2015, quando o Primeiro-Ministro manifestou aos parlamentares sua oposição ao acordo nuclear proposto pelo Presidente Obama. Naquele contexto Obama percebeu que não teria votos no Congresso para um tratado com o Irã sobre o tema e assinou apenas um Memorando do Executivo, posteriormente revogado por Trump e não renegociado por Biden.



Atualmente não se pode mais duvidar de que o Irã utiliza os movimentos terroristas que aparelha, orienta ou controla - Hamas, Hezbola, Huthis e milícias xiitas na Síria e no Iraque - para ataques a Israel e às bases americanas nesses dois países. Também é patente que o Irã pretende a hegemonia regional a todo custo e atua contra os Estados Unidos e o Ocidente de todas as formas que puder, atualmente enviando armas e munições à Rússia e habilitando os Huthis a impedir a livre circulação de navios no Mar Vermelho.

Como os aiatolás mantêm inalterado o objetivo de “exportar a revolução iraniana” pelo mundo, atuando até em áreas distantes, como a Venezuela e a “tríplice fronteira” no sul da América do Sul, o desmantelamento do Hamas, conforme declarou Netanyahu, “seria um duro golpe no eixo do terror iraniano” e que seria importante que os Estados Unidos e Israel trabalhem juntos para derrotar o Irã e seus mandatários”).

Os “equivocos” do Tribunal Penal Internacional

(John Spencer, X, Maariv Online, Jerusalem Post, 15.07)

Em maio passado o TPI anunciou a aplicação de mandados de prisão para o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e seu Ministro da Defesa, Yoav Gallant. Visitei e estudei as linhas de frente da guerra do Hamas e várias outras por mais de duas décadas, como oficial do exército americano, e acredito que a decisão do TPI sobre Israel está errada.

Pior, a sentença pode causar o efeito oposto ao pretendido: ao obrigar todos os países a manter um padrão tão elevado para evitar danos aos civis, os governos que aderem a normas legais internacionais podem se sentir impedidos de responder a ataques futuros, mesmo como autodefesa, enquanto são favorecidos os malfeitores, como a Rússia, o Irã ou a Coreia do Norte, e movimentos como o Hamas, que ignoram essas regras.

O que vi em Gaza me convenceu de que Israel evita baixas de civis, promove evacuações temporárias para afastar os civis de áreas de risco, tomando medidas além do que é tradicionalmente requerido das forças armadas.

O TPI acusou Israel de “promover a fome como método de guerra” e “dirigir intencionalmente ataques contra a população civil”. Esse tipo de acusações ignora montanhas de provas em sentido contrário que eu vi pessoalmente.

Israel implementa quase todas as práticas para mitigar danos civis requeridos para as guerras urbanas e pelas normas do direito internacional humanitário (DIH), além de criar algumas novas que nenhum exército jamais tentou executar. Os oficiais para assuntos jurídicos, atuando em nível de brigada e divisão, são encarregados de aprovar alvos legítimos e orientar para que sejam evitadas baixas civis e violações do DIH.



A decisão do TPI menospreza o Artigo 51 da Carta da ONU, que autoriza os países a agir em autodefesa. Se um país que adere às normas, toma todas essas precauções, e ainda assim é condenado, terá condições de defender-se? As Forças de Defesa de Israel deveriam ser elogiadas pelos seus esforços para reduzir danos aos civis e não serem acusadas numa corte internacional ao lado dos líderes do Hamas.

(N. da R.: John Spencer é professor da cadeira de estudos sobre guerra urbana na Academia Militar de West Point, EUA. O Tribunal Penal Internacional, assim como a Corte Internacional de Justiça, não estão isolados do que ocorre na ONU, nem dos governos dos países que nomeiam os seus juízes.

A politização dos judiciários (“lawfare”) é um fenómeno corriqueiro nos regimes autoritários, mas vem ocorrendo igualmente, em certas circunstâncias, em alguns países democráticos, assim como no nível internacional.

A onda de hostilidade a Israel em países subdesenvolvidos e em vários países ocidentais desenvolvidos criou um ambiente de complacência com decisões absurdas, como as tomadas recentemente pelo TPI e pela CIJ que, mesmo não sendo implementadas, legitimam e promovem a propaganda contra o estado judeu).

A “finta” da Human Right Watch

(Gerald Steinberg, Jerusalem Post, 17.07)

A ONG Human Right Watch (HRW) publicou em julho um relatório de 236 páginas intitulado “Não posso apagar todo esse sangue da minha mente” sobre o ataque do Hamas em 7 de outubro do ano passado, citando dezenas de casos de sérias violações do direito internacional humanitário por grupos armados palestinos.

O Professor Gerald Steinberg, fundador e presidente do NGO Monitor, cujo objetivo é identificar os abusos das políticas de ONGs, denunciou o relatório como “mais um exemplo gritante do falso equilíbrio e da cínica manipulação política da HRW, nove meses (de omissão) depois que as atrocidades brutais do 7 de outubro foram mostradas ao vivo na mídia social. Ninguém precisa do “relatório” de uma organização devotada à demonização de Israel mediante acusações de crimes de sangue, genocídio, apartheid, e crimes de guerra”.

“Como a NGO Monitor vem documentando há mais de 25 anos, a estratégia sistemática da HRV consiste em ludibriar doadores, membros do seu conselho e jornalistas com a produção de um único instrumento de relações públicas como esse para fingir “neutralidade” e “conhecimento especializado”.

Steinberg mencionou o caso de Danielle Haas, que foi uma editora sênior na HRW durante 13 anos até renunciar há pouco tempo. Ela denunciou publicamente o antissemitismo profundamente entranhado nessa entidade, inclusive na sua



reação ao 7 de outubro, que invocou “o contexto de apartheid e de ocupação (*N. da R.: para relativizar o crime do Hamas*) antes mesmo que o sangue tivesse secado nas paredes dos dormitórios...Isso foi o resultado de anos de politização...que frequentemente viola os padrões editoriais básicos sobre rigor, equilíbrio e colegialidade quando se trata de Israel”.

(N. da R.: Essa crítica pode aplicar-se igualmente a Amnesty International, que disputa com a HRW a mesma atenção da mídia, a mesma generosidade de doadores e o mesmo acesso a verbas de governos e organismos internacionais. Essas ONGs são ricas e influentes, com atuação internacional, e suas atividades são geralmente benéficas na defesa dos direitos humanos.

A obsessão com críticas a Israel, recorrendo até a falsas acusações como a da prática de “apartheid”, parece espelhar intencionalmente o que ocorre na ONU, como para garantir dessa maneira uma maior aceitação para as suas posições políticas, apoio junto à maioria dos países membros e mais ampla repercussão na mídia).

Antissemitismo e sionismo

(Gerard Leval, New York Post, 29.07)

As manifestações antissemitas nas nossas universidades e cidades estão promovendo fortemente o sionismo. Em 1896 Theodor Herzl publicou o “Estado Judeu”, preconizando o estabelecimento de um lar judeu na terra bíblica de Israel. O jornalista Herzl se reencontrou com as suas origens quando cobriu o julgamento de Alfred Dreyfus, um dedicado oficial judeu do exército francês, falsamente acusado de traição, enquanto nas ruas de Paris reverberaram os gritos de “morte aos judeus”.

Após o 7 de outubro também somos testemunhas de um paroxismo de ódio contra Israel, que evoluiu para o clássico antissemitismo. Desde a sua fundação, os Estados Unidos têm dado um extraordinário acolhimento aos judeus. Atualmente, porém, até nas instalações do Congresso o antissemitismo fez uma dramática aparição e os judeus estão sendo intimidados.

Aqueles que estão promovendo as manifestações contra Israel e os judeus estão confirmando e dando ímpeto ao sonho sionista. Mesmo no país mais acolhedor do mundo os judeus se sentem em perigo. Somente em Israel podem estar certos de que não vão ser perseguidos em razão de sua identidade.

(N. da R.: O comentário de Leval, um advogado de prestígio que contribui para as atividades do Museu do Holocausto dos Estados Unidos, não constitui uma novidade, mas reflete um momento de “rude despertar” de muitos judeus americanos que se acreditavam imunes a uma hostilidade tão difundida, assim



como se distanciaram um tanto do sionismo porque a política interna israelense e a ocupação da Margem Ocidental não correspondem às suas expectativas.

Nas comunidades judaicas dos países ocidentais antes da II Guerra Mundial, notadamente na Alemanha, o sionismo era minoritário e até hostilizado, porque se temia que fosse interpretado pelos outros cidadãos como falta de lealdade à nação onde viviam, além da tentação dos benefícios da assimilação, e - para outros - seria uma heresia, pois o retorno a Sion deveria coincidir com a vinda do Messias.

A sobrevivência do judaísmo por mais de dois mil anos de diáspora pode explicar-se pela ampla dispersão das comunidades no mundo, que assim não poderiam ser extintas ao mesmo tempo, mas também devido ao papel positivo da religião e nefasto do antissemitismo.

As mencionadas consequências do 7 de outubro e, mais adiante, a provável nuclearização do Irã, tendem a restaurar mais amplamente a visão do sionismo de Herzl como refúgio para qualquer pessoa ou comunidade ameaçadas, independentemente de divergências legítimas sobre as políticas israelenses, que serão tão falíveis ou equivocadas quanto aquelas de todos os demais países do mundo).